

## Artigo

# Dignidade humana: o suporte eclesial nas relações político-sociais

## *Human dignity: The ecclesial support at political-social relations*

Regivânio Martins da Silva<sup>1</sup>; Rafael Capelato<sup>1</sup>

### Resumo

A Igreja é rica em princípios e valores. Ela que se apresenta como servidora, oferece à humanidade um suporte eclesial, que é fruto de sua experiência histórica; ao fazer isso, intenta contribuir para a defesa e valorização da dignidade humana no agir societário, sobretudo, nas relações político-sociais.

**Palavras-chave:** Dignidade humana. Político-sociais. Suporte eclesial.

### Abstract

*The Church is rich in principles and values. She, who presents herself as servant, offers to humankind an ecclesial support that is fruit of her historical experience; doing so, intends contribute to the defense and valorization of human dignity at acting of the society, above all, at political-social relations.*

**Keywords:** Human dignity. Political-social. Ecclesial support.

### Introdução

Nunca foi tão patente a necessidade de uma voz profética nos dias de hoje, capaz de denunciar as injustiças e apontar um novo horizonte de justiça e paz. Ciente desta necessidade, a Igreja, com base na sua experiência histórica, busca reafirmar sua missão de anunciar o Cristo e salvaguardar o depósito da fé (*depositum fidei*). Nesse desafio ela oferece seu testemunho e, seus princípios e valores ético-morais. A égide que norteia sua ação no mundo é a dignidade humana; pois, sem esta, não faz sentido falar de um mundo melhor, mais humano e mais justo; porque tal realidade não se constrói se o ser humano não goza da sua dignidade.

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Teologia. Campus I, Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Bloco E, Complexo CCHSA, Pq. Rural Fazenda Santa Cândida, 13087-571, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: R.M. SILVA.

Artigo elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de R.M. SILVA, intitulado "A Doutrina Social da Igreja na Contemporaneidade: o sistema de solidariedade de Paulo VI e a concepção social-teológica das ações humanas em João Paulo II". Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018.

O que este artigo visa mostrar é como a ação da Igreja no mundo contribui para o resgate da dignidade humana nas realidades em que tal direito se encontra lesado. Também apresenta o suporte eclesial, em especial, o Magistério social, como fonte de valores morais, verdadeiramente dignificantes, útil e eficaz, para nortear as ações tanto dos governantes das Nações, como de todas as pessoas de boa vontade.

Ele está dividido em duas partes; a primeira, traz um breve panorama histórico sobre a ação social da Igreja até o século XIX, com destaque para o testemunho dos santos e seu trabalho caritativo. Em sequência a esta, uma abordagem do século supracitado, com ênfase na segunda metade, evidenciando o nascimento da *Rerum Novarum*, em 1891: a Magna Carta que deu origem a Doutrina Social da Igreja.

A segunda parte apresenta a Igreja como aquela que orienta a humanidade, sobretudo seus filhos e filhas para a não aceitação de sistemas político-econômicos pouco ou nada éticos, como é o caso do socialismo e do capitalismo; porque compreende que, na condição que eles se apresentaram ao mundo, ferem a dignidade humana. Daí a importância do suporte eclesial nas relações político-sociais; uma vez que ele pode servir de base para alcançar os meios e possibilidades que façam sanar os males sociais que na sociedade hodierna se veem alastrados. É apresentado também um contraponto entre uma terceira via possível e os imperativos morais. Por fim, o serviço como nota que identifica a Igreja, uma vez que ela existe para ser servidora.

### O trabalho social da Igreja na história

A humanidade passou por grandes transformações nesses dois mil anos de história da era cristã. As sociedades presenciaram a evolução do pensamento e, por conta disso, foi possível notar as pessoas saírem da passiva aceitação da ordem estabelecida em cada tempo para o ato de 'pensar criticamente', fazendo emergir novas realidades; acompanhou a inovação das artes e o amadurecimento das culturas, bem como o surgimento de outras. Também a emancipação de novas nações e o alvorecer de outros modelos de sociedades; em especial no que tange as novas estruturas políticas. Essa evolução fez ruir o teocentrismo escolástico-medieval e pôs em seu lugar o antropocentrismo, gêneses do Iluminismo; e, este, por sua vez, deu origem ao Positivismo. Nesse itinerário a Igreja existiu e resistiu, passou por ganhos e perdas e aprendeu a se reinventar, não em matéria de doutrina, mas no que se refere a saber colocar-se frente as novas realidades.

No período das primeiras comunidades ela foi pobre com os pobres, atitude essa que deu base a sua opção preferencial, reafirmada mais tarde no Vaticano II. Enquanto perseguida, ela sofreu as perseguições sem retroceder, até que saiu das catacumbas para as casas e depois tornou-se a religião do império. Teve início o longo período da Idade Média, onde todo o Ocidente respirava o cristianismo, até a mudança gnosiológica, inaugurada com o Renascimento. Contudo, mesmo o mundo estando em constante mudança, em nenhum período da história a Igreja deixou de cumprir seu papel, a saber: propagar a fé e defender o seu depósito (*depositum fidei*), trabalhar para salvação das almas e prestar auxílio aos pobres, sobretudo os excluídos e enfermos. Diante disso é certo afirmar que, na caminhada até aqui, em nada a Igreja negou sua missão e, ao realiza-la com afinco e notória preocupação pelo seu bom êxito, estava defendendo a *dignidade humana* quando esta era vilipendiada ou até mesmo violada.

As questões de cunho social nunca foram tratadas à revelia pela Igreja, mesmo que muitos pensem o contrário, devido ao fato do primeiro documento social, a *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, só tenha sido escrita no fim do século XIX (1891). Vale ressaltar que, desde a sua origem, a Igreja agiu como mãe educadora ao buscar sanar os males apelando à justiça; ao exortar para o amor mútuo, também ao praticar e incentivar a caridade, colocando-se, desse modo, como aquela que buscava curar as feridas dos seus filhos quando estes não tinham mais a quem recorrer. Nisto se reconhece que a luta para a construção de um mundo mais justo e humano, onde todos possam viver como irmãos no mais profundo e genuíno respeito, configura-se como uma das notas essenciais da missão da Igreja, e nas mais diferentes épocas da sua história foi o que ela fez com maestria.

Um exemplo disso foi a efervescência de ordens medicantes na era medieval, as quais pregavam um estilo de vida totalmente desapegado de bens materiais e, ao mesmo tempo, prestavam um grande serviço à Igreja, pois suas bocas tornavam-se instrumentos úteis e indispensáveis para o anúncio do Evangelho e do magistério eclesial e, também, seus braços para a realização das ações caritativas. Uma dessas ordens foi a franciscana, fundada por Francisco de Assis, no século XIII. Ela, muito contribuiu para esse propósito. Outro exemplo notável foi o do Papa Clemente VI (1342-1352), o quarto Papa a residir em Avinhão, embora tenha herdado a fama de não ter sido um bom administrador, no que tange às finanças do papado, “é preciso creditar a ele os cuidados com os atingidos pela peste em Avinhão e a proteção oferecida aos judeus, aos quais a multidão imputava ingenuamente a epidemia” (PIERRAND, 1982, p.146).

Esta mesma atitude foi seguida pelo bispo de Milão, São Carlos Borromeu, quando a cidade, no ano de 1576, padecia este mesmo mal e foi abandonada pelos seus governantes. Isso implica dizer que a preocupação com o povo e o meio social em que ele se encontrava nunca foi um assunto banal ou irrelevante, tanto para a Igreja Universal como para as igrejas particulares. É possível ver, em tais atitudes concretas, as quais não foram singulares, que a dignidade dos seus filhos e filhas, sobretudo dos excluídos e enfermos, como fora dito, não era algo ignorado pela Igreja, mas defendido. Por que quem mais precisa de ajuda, senão aqueles que sofrem?

Nesse mesmo horizonte são perceptíveis os trabalhos de cunho social realizados por inúmeros santos e santas da Igreja, dentre eles, destaque para São Vicente de Paulo e Santa Luiza de Marillac, ambos nascidos no final do século XVI, doaram suas vidas no serviço aos pobres, no século XVII. Mais tarde, a obra iniciada por eles teve continuidade na pessoa do jovem Frederico Ozanan, no século XIX, e ganhou proporção mundial, chegando a existir até hoje em diversos países, inclusive no Brasil. No século XX, inúmeros outros personagens se destacaram como é caso de Madre Tereza de Calcutá, na Índia; Madre Paulina e Irmã Dulce, no Brasil, etc.

Após o nascimento da Magna Carta leonina, que deu origem a Doutrina Social da Igreja, os papas do século XX continuaram dando corpo ao magistério social, o qual sempre existiu sob a forma de ações concretas e, a partir de então, também escrito. Esse magistério específico alarga a fronteira do social no campo eclesial e traz também um peso moral e ético; possui profundidade teológica, pois deita raízes na Sagrada Escritura. Mas, para compreender sua importância, é preciso nos ater um pouco sobre o século XIX.

## Século XIX e a *Rerum Novarum*

No século XIX deu-se a evolução do pensamento social, graças às contribuições de ilustres pensadores que ousaram partilhar com o mundo suas ideias, mesmo sem o aval e apoio da cúria romana. Na sua primeira metade ficaram conhecidas as ideias do francês Lamennais, que pregava a separação Igreja-Estado e o casamento dos padres, algo que de forma alguma Roma pretendia aceitar; não obstante a isso, ele e mais tarde as ideias de Frederico Ozanam e seu grupo “anunciava sem dúvida um catolicismo social resolutamente aberto à evolução democrática do mundo contemporâneo” (AUBERT, 1993, p.9). Mas, como eles não destacavam a necessidade de alteração da organização social-econômica em curso, suas ideias não prevaleceram após a revolução de 1848.

Este foi o século da indústria, das grandes máquinas, do êxodo rural, onde o trabalhador servil migrava do campo à cidade para ir trabalhar nas fábricas; essa realidade fazia nascer um grave problema: a questão operária. Isso porque, os trabalhadores passavam a ser miseravelmente explorados e a Igreja via que, nas relações entre os patrões e operários, os ensinamentos da Sagrada Escritura<sup>2</sup>, que diz “não oprimirás o teu próximo, nem o roubarás: o salário do operário não ficará contigo até a manhã seguinte” (Lv 19,13), não se aplicavam, mesmo a Europa tendo sido formada neles.

Em outra passagem pode-se ler o seguinte: “não oprimirás um assalariado pobre, necessitado, seja ele um dos teus irmãos ou um estrangeiro que mora em tua terra, em tua cidade; pagar-lhe-ás o salário a cada dia [...], porque ele é pobre e disso depende a sua vida” (Dt 24, 14-15a). Daí a necessidade urgente de resgatar os fundamentos da moral cristã e restaurar a ordem social, mas para isso era preciso fazer ecoar uma voz forte, uma voz de autoridade, mas sem deixar de ser pacífica e com tom educador, essa voz não podia ser outra senão a da Igreja. O que o Papa Leão XIII realizou no fim do século foi fomentar que se criasse leis justas que pudessem reger as relações entre patrões e operários, pois estes últimos não tinham nenhuma legislação a seu favor que os defendesse ante tal a realidade injusta. Para que se atingisse relações mais justas entre ambos, o Papa não hesitou em destacar os deveres de cada um. Segue alguns desses deveres:

[...] que dizem respeito ao pobre e ao operário: [...] não deve lesar o seu patrão, nem seus bens, nem sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violência, e nunca revestirem a forma de sedições [...]. Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade de homem realçada ainda pela do cristão. [...] O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro [...]. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou seu sexo (PAPA LEÃO XIII, RN 12)<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Todas as citações bíblicas foram extraídas literalmente da Bíblia de Jerusalém (2012).

<sup>3</sup> Leão XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários, 15 de maio de 1891. In: PONTIFÍCIO Conselho “Justiça e Paz”: da *Rerum Novarum* a *Centesimus Annus*. São Paulo: Loyola, 1993.

Urgia à Igreja a obrigação de dar uma resposta a essa questão porque a ordem social fora deteriorada pelos efeitos da Revolução Francesa e, posteriormente, concluída a destruição com a industrialização, fruto da modernidade. Era preciso construir subsídios que dessem sustento e razão à voz da Igreja, quando o Papa se pronunciasse e apontasse para o alvorecer de um mundo mais justo e solidário, onde não houvesse a exploração de nenhum filho de Deus, onde o salário dos trabalhadores não mais clamasse, por eles já não serem mais privados, e os ceifeiros não mais ecoassem seus gritos ao Senhor, por já não haver necessidade de clamar por justiça (Tg 5, 4-5).

Compreendendo que a dignidade humana era vilipendiada explicitamente, a Igreja entendeu que, além das suas ações práticas para com aqueles mais necessitadas, era preciso evidenciar a sua posição, isto é, expressar claramente, agora, por meio do magistério, de que lado ela estava. É nesse contexto que nasceu a *Rerum Novarum*; entretanto, vale ressaltar que, esta carta foi a síntese do estudo de inúmeros estudiosos e dos trabalhos pastorais de muitos pastores de almas, visto que o Papa pôde contar com:

Uma série de iniciativas, nos domínios doutrinal e prático, tomadas um pouco em toda a parte, no curso das duas décadas precedentes, pela comunidade eclesial – bispos, padres e religiosos, mas também leigos – animada pela preocupação de traduzir a mensagem evangélica na vida cotidiana da sociedade do seu tempo (AUBERT, 1993, p.7).

Essas iniciativas e, é claro, também o resultado delas, foram consagradas por Leão XIII, pois serviram-lhe de base para a elaboração da *Rerum Novarum*. Logo, a encíclica leonina de 1891 não foi gerada pura e simplesmente do pensamento de Sua Santidade, mas, sim, foi resultado de anos de estudos, pesquisas e aprofundamentos sobre a realidade social vigente. O próprio Papa, enquanto ainda era arcebispo de Pérugia, em seus escritos pastorais já tecia ferrenhas críticas ao liberalismo econômico e apontava as consequências desastrosas que este, por sua vez, causava ao seio social (GESTEL, 1956).

Outra voz que bradou veementemente foi a de D. Ketteler, bispo de Mogúncia, que já era um antigo conhecido em Roma devido ao fato de ter se destacado durante o Concílio Vaticano I, e exercia certa influência entre os *antiinfallibilistas*<sup>4</sup>, à medida que gozava de considerável respeito por parte desses, por conta de sua notável inteligência, tanto que “fez publicar um documento redigido pelo Pe. Quarella, que ressaltava que o Papa era infalível somente como órgão e representante de toda a Igreja, não pessoalmente e em separado do episcopado” (MARTINA, 2005, p.270). Sobre este assunto, sua contribuição anelou para uma via intermediária e serviu para que, na elaboração do dogma, restringisse a infalibilidade papal apenas a pronunciamentos *ex catedra*.

Quanto ao campo social, ele não ficou só no falar, pelo contrário, não mediu esforços para que fosse criada uma legislação social. No intento de defender os operários, ele declarava guerra contra as trágicas consequências que o liberalismo gerava e, para tanto, não hesitava em declarar como positiva a intervenção do Estado. Seu pensamento atraiu seguidores e, após sua morte, suas

<sup>4</sup> Este foi o nome dado ao grupo dos bispos que eram contrários à aprovação do Dogma da Infalibilidade do Papa, questão que estava em discussão no Concílio Vaticano I, no ano de 1870. A saber: venceu aqueles que eram favoráveis ao dogma e, este por sua vez, foi proclamado.

ideias não morreram com ele; entre seus discípulos tem-se “o barão Karl von Vogelsang, um nobre alemão convertido ao catolicismo por Ketteler” (AUBERT, 1993, p.12).

Frente a essa realidade, é uma injustiça olhar para a segunda metade do século XIX e não reconhecer que a Igreja se preocupou, mais do que nunca, com o problema social; sobremaneira com o que estava explícito naquele período, como já mencionado: a questão operária, tendo em vista que os operários chegavam a trabalhar 14 a 16 horas por dia em condições sub-humanas. A Igreja se debruçou arduamente na busca pela solução desse problema, mesmo tendo que enfrentar um forte *anticlericalismo*<sup>5</sup>, marca registrada do século XIX; não obstante, ela não arrefeceu nem recuou, e o documento de 1891 é uma prova disso.

O mencionado documento possui caráter histórico sem deixar de ser atual, passa a ser norteador para as resoluções das questões sociais. Nesse horizonte a Igreja dirige sua mensagem também à classe política e aos patrões ao oferecer-lhes princípios e valores, fundamentados na moral cristã; no intuito de despertar neles um profícuo compromisso social que os leve a lutar contra toda e qualquer injustiça social-econômica e política. Portanto, a partir da *Rerum Novarum*, surge, de fato, um suporte eclesial para servir de base nas relações político-sociais, porque ele não possui apenas um conteúdo com teor exortativo, mas visa acima de tudo defender a dignidade da pessoa humana e, numa linguagem teológica, conduzi-la à salvação. Essa certeza é patente e, por esse motivo, tal suporte eclesial ganha credibilidade, visto que o que a Igreja tem a oferecer enobrece o ser humano à medida que o torna consciente da sua vocação e missão nesse mundo.

### **A crítica aos sistemas sociais-econômicos**

O trabalho que fundamenta este artigo faz uma abordagem detalhada sobre o Socialismo e o Capitalismo e, apresenta cinco motivos cruciais sobre cada um deles, que justificam porque a Igreja não os vê com bons olhos; ao contrário, rejeita a ambos na maneira como são definidos e como se apresentam. Por exemplo, a respeito do socialismo, destaque para a própria definição do conceito, que “por uma exigência etimológica do termo, implica sempre uma qualquer primazia do social sobre a pessoa [...], onde não existe essa primazia, seria abusar do termo, falar em socialismo” (ÁVILA, 1965, p.57). Quanto ao capitalismo, por sua vez, este “atribui uma primazia absoluta ao capital” (ÁVILA, 1965, p.18). Como se pode ver, de acordo com essa definição, nenhum deles preza pela valorização da dignidade humana, haja vista que a primazia que os regula se sobressai em detrimento dos conceitos morais que dão base para o equilíbrio social e que norteiam o agir societário.

O estandarte do ideário socialista é a negação da propriedade particular, desse modo há uma elevação do Estado e não da pessoa. A Doutrina Social da Igreja apresenta a propriedade particular e pessoal como “um direito natural do homem” (RN 5; 14)<sup>6</sup>, isso é algo que nem o socialismo nem qualquer outro regime ou sistema pode tirar dele, como também não deve impedir

<sup>5</sup> Designa uma corrente contrária aos ensinamentos da Igreja, tanto em matéria de fé como em relação à posição sobre as questões sociopolíticas. Desenvolveu-se na França ao longo do século XIX, era alimentada pelas ideias dos expoentes do Iluminismo que pregavam um rigoroso laicismo (tendência que visa excluir a Igreja das questões sociopolíticas). Para maior aprofundamento, recomendamos a leitura do 3º volume da obra de Giacomo Martina, História da Igreja: de Lutero aos nossos dias, v.3, em especial o 7º capítulo.

<sup>6</sup> Cf. Leão XII, Papa (1981).

que ele alcance um bem, quer seja mobiliário ou imobiliário mediante o seu trabalho. Leão XIII, sem meias palavras, afirmou ser roubo “a conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo” (RN 4)<sup>7</sup>. Pio XI seguiu o mesmo entendimento da *Rerum Novarum* e reforçou as palavras do seu antecessor ao dizer:

Tenham-se por certo que nem Leão XIII, nem os teólogos que ensinaram seguindo a doutrina e direção da Igreja, negaram jamais ou puseram em dúvida a dupla espécie de domínio, que chamam individual e social, segundo diz respeito ou aos particulares ou ao bem comum; pelo contrário, foram unânimes em afirmar que a natureza ou o próprio Criador deram ao homem o direito do domínio particular, não só para que ele possa prover as necessidades próprias e da família, mas para que sirvam verdadeiramente ao seu fim os bens destinados pelo Criador a toda a família humana: ora, nada disso se pode obter se não se observa uma ordem certa e bem determinada (PAPA PIO, 1931, QA 45)<sup>8</sup>.

Notoriamente o Papa reafirma que a propriedade particular é um direito natural do homem, confirmando o que disse Leão XIII. Assim, percebe-se que a voz da Igreja ecoa vivamente na doutrina social para dizer ao mundo e a todos que, seus filhos e filhas não estão abandonados frente às injustiças que sofrem e ao sofrimento que padecem, e isto é ser profética.

Na esteira do que foi dito, fica claro que o suporte eclesial contribui favoravelmente para que se realize relações político-sociais positivas e justas, eficazes e edificantes para a sociedade. Convém, portanto, que os governantes das Nações e as pessoas de boa vontade, as quais são chamadas para construir um mundo novo, possam ouvir e aceitar tais ensinamentos. Isso porque, sem a garantia dos seus direitos basilares, não tem como a humanidade levar uma vida verdadeiramente humana. Não por acaso o Concílio Vaticano II chama de universais e invioláveis esses direitos: “alimento, roupa, habitação, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, [...], direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, direito à proteção da vida particular e a justa liberdade, também em matéria religiosa” (GS 26)<sup>9</sup>.

Essa atitude da Igreja de posicionar-se em defesa dos direitos universais e invioláveis da humanidade põe em relevo o seu comprometimento em buscar não trair sua missão, tendo em vista que tudo quanto lhe diz respeito é do seu interesse porque somente ela é “perita em humanidade” (PAPA PAULO VI, 1965) e é também o “sacramento universal de salvação” (LG 48)<sup>10</sup>. Portanto, é seu dever oferecer balizas norteadoras que sirvam de bússola para o agir humano, em especial dos governantes, pois a eles compete a realização de um bom governo que gere o desenvolvimento das Nações, numa esfera onde não haja ninguém injustiçado, excluído e/ou lesado em sua dignidade.

<sup>7</sup> Cf. Leão 13, Papa (1993).

<sup>8</sup> Pio XI, Papa. Carta *Encíclica Quadragesimo Anno*: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica, de 15 de maio de 1931. In: SANCTIS, A., Frei (Org.). *Encíclicas e Documentos Sociais: da Rerum Novarum à Octogesima Adveniens*. São Paulo: LTr, 1971.

<sup>9</sup> Compêndio do Vaticano II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Vozes, 1968a.

<sup>10</sup> Compêndio do Vaticano II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: sobre a Igreja São Paulo: Vozes, 1968b.

Ao contrário do socialismo, o capitalismo coloca-se em defesa da propriedade particular, nesse ponto não fere o direito natural, mas faz da iniciativa privada o desvio de curso da esfera social no que tange o lucro, porque destina toda a renda para uma única pessoa ou um pequeno grupo, quando se trata de uma empresa de associados. Como o que está por trás de uma economia de mercado, característica essencial do capitalismo, são princípios liberais, a intervenção do Estado no campo econômico não existe e, quando existe, é mínima, e isso favorece aos patrões que nem sempre usam suas empresas para colaborar com o desenvolvimento humano de seus trabalhadores. Esse fato histórico continua a ser atual, porque esse sistema é:

Um mecanismo econômico que para poder funcionar, vinculou a si e consagrou uma determinada concepção individualista do *homo oeconomicus* como ser livre, egoísta e calculista [...]. Em última análise, o capitalismo desvinculou a atividade econômica de quaisquer imperativos morais (ÁVILA 1965, p.25).

Desse modo a sociedade tende a se *desmembrar em várias classes*<sup>11</sup>, mas esse desmembramento não é sinônimo de desenvolvimento social para todos; ao contrário, é o resultado dos efeitos do individualismo, que leva o homem a pensar que ele não precisa preocupar-se com ninguém, tampouco com a sociedade. O Concílio Vaticano II já adverte para esse mal ao lembrar que homem e sociedade estão interligados e que o agir de cada um, no meio social ao qual está inserido, revela a imagem da sociedade em que ele vive; logo:

A índole social do homem evidencia que o aperfeiçoamento da pessoa humana e o desenvolvimento da própria sociedade dependem um do outro. A pessoa humana é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais porque, por sua natureza necessita absolutamente da vida social (GS 25)<sup>12</sup>.

Isso implica dizer que o capitalismo impede que haja essa dinamicidade entre o agir humano ancorado em uma moral-social reta, justa e dignificante; e, sua relação com o meio social (sociedade = os outros), sem a qual não há desenvolvimento pleno para ambos. Há, porém, uma degradação do tecido social que conduz gradativamente à renúncia da ética personalista que, por sua vez, faz crescer o individualismo, estabelecendo-o como via de regra frente a qualquer relação humana.

Existe diante desse fato um grande erro do capitalismo, contra o qual a Igreja não silencia; mas como a mãe que defende seu filho, ela defende a importância dos imperativos morais, porque são eles que concedem ao homem a segurança para viver a verdadeira liberdade. São eles também que orientam a consciência humana a não renunciar à sua inclinação ao transcendente, porque o homem só “reconhece a si mesmo como pessoa apenas à luz de tal orientação transcendente; quando o homem busca a verdade e tende para o bem, então encontra a paz, em Deus” (MÜLLER, 2014, p.75).

<sup>11</sup> É possível identificar cinco classes bem distintas uma das outras. 1) *Os bilionários*, esses detêm o poder econômico e ditam as regras no mercado mundial; 2) *A classe média alta ou os milionários*, são aqueles que gerenciam as multinacionais ou que já têm sua própria empresa nacional; 3) *A classe média baixa*, são os que gerenciam as empresas nacionais ou têm algum negócio estável no comércio local, uma classe em ascensão; 4) *Os pobres*, os que ganham o suficiente para viver com dignidade; 5) *Os miseráveis*, os que não ganham o suficiente para viver com dignidade, os que passam fome e que não são assistidos pelo Estado (entre esses há também os indigentes, andarilhos, moradores de rua, etc.).

<sup>12</sup> Cf. Compêndio do Vaticano II, 1968a.



O capitalismo faz o homem inserir-se numa nova realidade, acreditando ser os albores de sua plena liberdade, mas ele logo fica claudicante ao perceber que lhe é tirado a solidez dos passos no itinerário de sua vida neste mundo: a relação com Deus e, conseqüentemente, com os outros. O processo que o leva a tal realidade pode ser definido da seguinte maneira: é o isolar-se do “eu” que causa o rompimento da relação “eu-tu”, que não permite que haja um pensar e um agir ancorado e direcionado ao “nós”. As evidências são claras de que, nessa dinâmica, a abertura do homem à transcendência é negada.

Disso se conclui que a Igreja jamais comungará, em absoluto, com as ideias e propostas de qualquer sistema político-social, econômico e também cultural, que negue ou tente expurgar a dimensão transcendental do homem; sem a qual o torna fechado para estabelecer relações dialógicas, justas e saudáveis com o outro e com o mundo. Nesse ponto o ensino social é enfático em dizer que o homem é um:

Ser aberto também ao outro, aos outros homens e ao mundo, porque somente enquanto se compreende em referência a um ‘tu’ [é que ele] pode dizer ‘eu’; sai de si, da conservação egoísta da própria vida, para entrar numa relação de diálogo e de comunhão com o outro (PONTIFÍCIO..., 2011 p.82).

Portanto, negar isso é condenar a humanidade a viver sem Deus, sem ética, sem moral; sem respeito ao outro e a sua dignidade, uma vez que cada um será deus de si mesmo; enfim, é caminhar para o caos.

### **Terceira via ou imperativos morais?**

A Igreja, nutrida por sua experiência histórica, dá ênfase na doutrina social a três conceitos principais que percorrem os documentos sociais, a saber: a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade. No trabalho de fundo desse artigo, o segundo capítulo é desenvolvido centrado neste terceiro conceito, onde o mesmo é apresentado como uma proposta de terceira via devido a rejeição do socialismo e do capitalismo. Essa proposta é construída com base numa fala do Papa Paulo VI, dirigida aos governantes das Nações, em outubro de 1965, na sede da ONU, por ocasião do vigésimo aniversário dessa instituição. Em seu discurso, o Papa ressaltou:

Falar de humanidade, de generosidade, é fazer eco de um outro princípio constitutivo das Nações Unidas, o seu cume positivo: Não é apenas para esconjurar os conflitos entre os Estados que aqui se trabalha, é para tornar os Estados capazes de trabalhar uns para os outros [...]. Aqui instaura-se um *sistema de solidariedade*, que faz com que elevadas finalidades, no sentido da civilização, recebam o apoio unânime e ordenado de toda a família dos povos, para o bem de todos e de cada um. É o que há de mais belo na Organização das Nações Unidas, é o seu rosto humano mais autêntico é o ideal com que sonha a humanidade na sua peregrinação através do tempo – é a maior esperança do mundo – ousaremos dizer: é o reflexo do desígnio de Deus – desígnio transcendente e pleno de amor – para

o progresso da sociedade humana sobre a terra, reflexo em que Nós vemos a mensagem evangélica, de celeste, fazer-se terrestre (PAPA PAULO VI, 1965, *online*).

Com base nesse discurso nota-se que o Papa aponta para um horizonte distinto dos dois sistemas, que dividiam e regiam o mundo naquele período da história. Entretanto, o Papa não define esse novo sistema, mas sua palavra é clara ao prenunciar que a união de forças e de ideias por um propósito comum, já era origem de um sistema novo, diferente de todos os outros já existentes. Todavia, os líderes mundiais que ali se faziam presente, estavam apenas reunidos, mas não estavam unidos por um mesmo ideal, propósito e projeto comum.

O fato é que o ousado discurso de Paulo VI entrou para história por ter deixado uma certeza: a ideia de uma terceira via não é absurda, e ela pode, um dia, chegar a efetivar-se se o ser humano deixar de ser menos egocentrista e ser mais solidário com o outro, tratando-o com alteridade, no respeito e no amor.

No entanto, se Paulo VI acreditava em uma possível terceira via, João Paulo II seguiu outra vertente, o seu olhar referente a esse cenário é mais teológico que político e econômico; portanto, insistirá muito na evangelização, uma vez que esta traz, como pano de fundo, a conscientização do ser humano para que ele se reconheça como filho e filha de Deus; onde, a partir daí, conseqüentemente, exigirá uma *metanóia*, isto é, uma mudança de mentalidade e de contrapartida, tal mudança faz gerar ações alicerçadas na kenoses, onde a alteridade do outro e sua dignidade humana, além de preservadas, são enaltecidas.

Compete à Igreja orientar os cristãos como também a todos os homens e mulheres de todo o mundo, a regressarem à essência da sua verdadeira humanidade, ou seja, à sua vocação, que é ser pessoa e, enquanto tal, um ser de relações e que possui uma dimensão transcendental. Tomando essa premissa como verdade, ver-se-á que o magistério de João Paulo II, em especial nos documentos sociais, há uma reafirmação dos imperativos morais. A razão disto deve-se ao fato de que, “na escala de valores, a moral está mal cotada” (MADELIN, 2002, p.108), e isso faz gerar um desastroso mal social, compreende-se que, para solucionar tal realidade, é necessário mais que boa vontade e projetos simplórios ou superficiais.

Isso implica dizer que a Igreja tem consciência que não é por meio de um discurso formal, meramente político e econômico, que alcançará êxito em suas denúncias; é preciso formar as consciências humanas, orientá-las, instruí-las e também educá-las na fé. Nisso se expressa a importância de um discurso teológico que aponte para a realidade transcendente, capaz de romper com a exclusividade absoluta que a dimensão humana exerce; isso é necessário porque, sem a concepção de um Deus bondoso e justo, as pessoas permanecerão presas ao marasmo que o individualismo as mantém, em uma palavra: alienadas. E, quando se chega a esse ponto, falar de dignidade humana já não faz sentido, é uma utopia.

A alienação social que hoje temos acesso, segundo as palavras do teólogo Henri Madelin, “não se trata mais unicamente de uma alienação econômica, mas ela se tornou uma alienação moral” (MADELIN 2002, p.108); ou seja, instalou-se no homem e, por consequência, no agir societário um desvio da moral cristã ou personalista, que dirige a pessoa humana à sua verdadeira

dignidade, é o que é notório nos tempos hodiernos. Sob o prisma da presente constatação da vivência ética, juntamente com a moral cristã, ambas de cunho personalista, se configuram para o mundo num testemunho de vida a ser dado pelos cristãos, a ponto de ser tão eficaz e fecundo, que desperte naqueles que não são cristãos a vontade e, depois, a iniciativa de imitá-los, este é o anseio tão desejado e esperado pela Igreja.

No cenário político-social e econômico de hoje nota-se que, entre Igreja e Estado, as relações que se estabelecem – dirá, Henri Madelin:

São de um tipo totalmente novo e que as formas de evangelização vão cada vez menos passar pela estrutura administrativa, política e legislativa; estamos nos aproximando do tempo dos primeiros séculos da Igreja; as evoluções se dão por contágios e não porque se busca promover leis corretas para que a Igreja seja próspera (MADELIN 2002, p.110).

É preciso, pois, amar; porque o amor gera o respeito, abre as portas para a solidariedade e também faz crescer a Igreja; tendo em vista que “a Igreja cresce, não por proselitismo, mas ‘por atração’: como Cristo ‘atrai tudo para si’ com a força do amor; a Igreja ‘atrai’ quando vive em comunhão, pois os discípulos de Jesus serão reconhecidos se amarem-se uns aos outros como Ele nos amou” (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 2009, p.159).

Ciente do papel que a Igreja deve exercer na sociedade, João Paulo II explanou uma outra fala de Paulo VI, quando este disse: “perante situações, assim tão diversificadas, torna-se-nos difícil tanto o pronunciar uma palavra única, como o propor uma solução que tenha um valor universal; mas ‘isso não é ambição nossa, nem mesmo nossa missão’” (PAPA PAULO VI, 1971, n.4). E a atualiza de maneira enfática afirmando o seguinte: “a Igreja não tem modelos a propor” (PAPA JOÃO PAULO II, 1991, n.43); logo, nenhum modelo de sistema pode dizer que goza de seu apoio incondicional, mesmo porque ela já tem o que defender e propagar, isto é, o Evangelho de Jesus Cristo. Nessa esteira ela defende, junto a isso, os imperativos morais, isto é, valores cristãos, éticos e morais.

Com base nessa ótica, a mudança das estruturas sociais se dará a partir da adesão, primeiro por parte dos cristãos, depois por toda a família humana, aos valores evangélicos que suscitam uma ética e uma moral dignificante.

### **Dignidade humana e a missão da Igreja na dupla função do serviço**

A missão da Igreja nos tempos atuais é a mesma que sempre teve e terá até a segunda vinda do seu Salvador, Jesus Cristo, o Filho de Deus. Algo que a Doutrina da Igreja evidencia é que, a missão que a ela comporta não se restringe em apenas ajudar os cristãos, bem como a todas as pessoas não cristãs, a viverem uma vida digna, segundo padrões humanos aceitáveis em uma sociedade. Antes de mais nada é necessário compreender que a missão é uma nota constitutiva da Igreja, ou seja, a constitui e a identifica; assim sendo, a Igreja é missionária e, quando deixar de ser, deixará, portanto, de ser Igreja.

Nesse sentido compete à Igreja cumprir, na sociedade hodierna, “a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em todos os povos” (LG 5)<sup>13</sup>. Mas, isso não implica dizer que ela deve fechar os olhos para as outras questões que estão relacionadas com a vida humana; ao contrário, tudo o que tem relação com a humanidade é do seu interesse, principalmente aquelas realidades que impedem o ser humano de viver a integridade do seu ser, isto é, em todas as dimensões humanas, incluindo a religiosa. Sobre esse contexto, João Paulo II, afirma:

Quando a Igreja anuncia ao homem a salvação de Deus, quando lhe oferece e comunica, através dos sacramentos, a vida divina, quando orienta a sua vida segundo os mandamentos do amor a Deus e ao próximo, contribui para a valorização da dignidade do homem (PAPA JOÃO PAULO II, 1991, n.55).

Entretanto, a importância e a relevância da sua missão a faz olhar com atenção para os problemas sociais, porque vê neles o grande obstáculo a ser superado para que as pessoas possam se reconhecer como filhos e filhas de Deus e assumir a partir daí sua verdadeira identidade e dignidade. O documento de Aparecida compreende a missão da Igreja em íntima relação com o exemplo do Cristo; assim “a Igreja deve cumprir sua missão seguindo os passos de Jesus e adotando suas atitudes” (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 2009, p.31). Logo, sua missão é serviço; todavia, um serviço com dupla dimensão, mas um mesmo horizonte: vida nova em Cristo, e esta não acontece sem a valorização da dignidade humana, que põe fim a injustiça física, moral e social.

Sob esse prisma, é certo dizer que o serviço que a Igreja presta ao mundo é: social, porque é para todo ser humano; de solidariedade, porque pensa no bem comum; de amor, porque visa levá-lo a assumir a verdade de si mesmo e a viver na integralidade de todas as dimensões do seu ser, como pessoa humana, gozando da sua dignidade e fortalecendo cada dia mais sua relação com o próximo e com Deus.

Esse serviço, por sua vez, possui uma dupla dimensão: a primeira está voltada para o *plano salvífico de Deus*<sup>14</sup> na pessoa do seu Filho, ou seja, Deus que deseja salvar todas as pessoas em Jesus Cristo. A Igreja age, portanto, no mundo servindo a humanidade inteira e, para isso, ela anuncia Jesus como Senhor e Salvador de todos/as e O oferece por meio dos sacramentos; pode-se considerar que é um serviço essencial para fortalecer os cristãos na fé. A segunda dimensão do serviço assume caráter mais humano que religioso, são os princípios e valores que a Igreja extrai do Evangelho e trabalha para que sejam acolhidos por todos, quer sejam cristãos ou não, porque entende que eles são os melhores possíveis para se viver pacífica e dignamente em sociedade.

Em síntese, tudo é serviço! A primeira dimensão se funde com a segunda, a diferença é que a primeira pode ser concebida como “evangelização<sup>15</sup>”, e a segunda como “formação humana ou conscientização”; nesse interim vê-se que elas não só se complementam, mas uma necessita da outra. Voltando o olhar, agora, para a realidade político-social e econômica, notar-se-á que

<sup>13</sup> Cf. Compêndio do Vaticano II, 1968b.

<sup>14</sup> Aconselhamos a leitura do n° 10 da *Lumen Gentium*, onde se encontra um panorama histórico da *ação salvífica de Deus* desde o Antigo Israel até o nascimento da Igreja, onde se inaugura a Nova Aliança e o novo Povo de Deus.

<sup>15</sup> O Papa Paulo VI desenvolve, com maestria, esse conceito, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Evangelii Nuntiandi*: Sobre a evangelização no mundo contemporâneo; por isso aconselhamos a leitura.

a missão da Igreja não contempla esses campos, no que tange a apresentar projetos prontos ou modelos acabados; mas, compete a ela oferecer princípios e valores para que os homens norteados por eles possam agir nesses campos, ética e moralmente. Com base nessa dinâmica, a visão teológica do Papa João Paulo II, sobre a missão da Igreja, salvaguarda a dignidade humana; enquanto se apresenta como assídua defensora dos imperativos morais.

Isto posto, convém assumir a certeza de que a missão da Igreja não é política, tendo em vista que ela não propõe nenhum modelo de sistema político e/ou econômico. Contudo, é oferecido um rico suporte eclesial extraído da Sagrada Escritura, da sua experiência histórica, do testemunho dos santos e santas; e, também do incontável número de fiéis que vivenciaram e aqueles que vivenciam os ensinamentos cristãos; sobretudo o respeito ao outro e à inviolabilidade da sua dignidade, à solidariedade e o amor-caridade. Esse suporte eclesial é a composição de todos os documentos sociais do Magistério que forma a Doutrina Social, nos quais contém os princípios basilares a serem seguidos por aqueles a quem compete atuar nesse campo.

## Conclusão

A Igreja deseja contribuir com o que tem de melhor na construção de um mundo mais humano e de mais amor; por isso, ela não fecha os olhos para a realidade sofrida de seus filhos e filhas; foi essa certeza que este artigo buscou mostrar ao pontuar o papel social da Igreja e sua ação concreta ao longo do seu percurso histórico. Foi dada uma singular atenção ao século XIX, devido às grandes transformações sociais, políticas e culturais que nele ocorreram; também uma explanação sobre a origem e o desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja, que se configura em um suporte eclesial, fonte de balizas norteadoras do agir societário.

Nestas linhas foi destacada a importância desse suporte, sua contribuição para solucionar os problemas sociais patentes da sociedade hodierna, possibilitando levar a humanidade a reconhecer, na mensagem do Evangelho de Cristo, os princípios e valores, éticos e morais que dele emanam. Também foi evidenciado o realce de sua mensagem para o enaltecimento da fé, da formação humana e, sobremaneira, da evangelização.

Recusar, portanto, os ensinamentos desse suporte eclesial é ignorar aquela que mais entende de humanidade, uma vez que nessa área ela é perita. Quanto ao socialismo e ao capitalismo, estes perdem sua razão de ser, isto é, de existir da maneira como se apresentam, se acaso recusarem suas definições excludentes; e, por outro lado, se valorizarem o ser humano na integralidade de suas dimensões, inclusive a religiosa, por meio da qual possam aderir a Cristo, viver sua fé e dedicar-se à imitação do testemunho do Mestre.

O anseio da Igreja é o de não trair sua missão de ser a “coluna e sustentáculo da Verdade” (1Tm 3,15). Por esse motivo ela prega o amor a Deus e ao próximo; nessa dinâmica anuncia o Cristo como Senhor e Salvador da humanidade, mas também como Aquele que agiu contra toda e qualquer injustiça, sobretudo, a social; e, enquanto Igreja, despense suas forças para imitá-lo. Ante ao dito, não seria um absurdo enfatizar que, por essa razão, sua mensagem incomoda muito aqueles que intentam contra a dignidade humana; porém, em contrapartida, ela fará o que sempre fez, continuará a defender com total afinco e veemência, enquanto aguarda a segunda vinda do seu Senhor.

## Referências

- AUBERT, R. A Encíclica *Rerum Novarum*, ponto final de um lento amadurecimento. In: PONTIFÍCIO Conselho “Justiça e Paz”: da *Rerum Novarum* à *Centesimus Annus*. São Paulo: Loyola, 1993. p.7-12.
- ÁVILA, F.B.S.J. *Solidarismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1965. p.18-57. (Temas Atuais).
- BÍBLIA de Jerusalém. Edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2012.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*: V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 11. ed. Aparecida: CNBB, 2009.
- COMPÊNDIO do Vaticano II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Vozes, 1968a.
- COMPÊNDIO do Vaticano II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*: sobre a Igreja. São Paulo: Vozes, 1968b.
- GESTEL, C. Van O.P. *A Igreja e a questão social*. Rio de Janeiro: Agir, 1956. p.78.
- JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica *Centesimus Annus*: no centenário da *Rerum Novarum*, 1 de maio de 1991. In: PONTIFÍCIO Conselho “Justiça e Paz”: da *Rerum Novarum* à *Centesimus Annus*. São Paulo: Loyola, 1993.
- LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários, 15 de maio de 1891. In: PONTIFÍCIO Conselho “Justiça e Paz”: da *Rerum Novarum* à *Centesimus Annus*. São Paulo: Loyola, 1993.
- MARTINA, G. *História da Igreja*: de Lutero aos nossos dias. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. v.3.
- MADELIN, H. A crise civilizacional e os desafios para o ensino social da Igreja. In: OSOWSKI, C.I.; MÉLO, J.L.B. (Org.). *O ensino social da Igreja e a globalização*. São Leopoldo: Unisinos, 2002. p.83-115. (Coleção Humanitas).
- MÜLLER, G.L. *Pobre para os pobres*: a missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2014. p.75. (Coleção Teorama).
- PAULO VI, Papa. *Discurso do Sumo Pontífice, o Papa Paulo VI, na Sede da Organização das Nações Unidas, 4 de outubro de 1965*. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united-nations.html](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html)>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- PAULO VI, Papa. *Carta Apostólica Octogesima Adveniens*: por ocasião do 80º aniversário da *Rerum Novarum*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1971.
- PAULO VI, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Evangelii Nuntiandi*: sobre a evangelização no mundo contemporâneo. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 1981.
- PIERRARD, P. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- PIO XI, Papa. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica, de 15 de maio de 1931. In: SANCTIS, A., Frei (Org.). *Encíclicas e documentos sociais: da Rerum Novarum à Octogesima Adveniens*. São Paulo: LTr; 1971.
- PONTIFÍCIO Conselho “Justiça e Paz”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

---

Como citar este artigo/How to cite this article

SILVA, R.M.; CAPELATO, R. Dignidade humana: o suporte eclesial nas relações político-sociais. *Cadernos de Fé e Cultura*, v.3, n.2, p.89-102, 2018. <https://doi.org/10.24220/2525-9180 v3n22018a4440>